ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

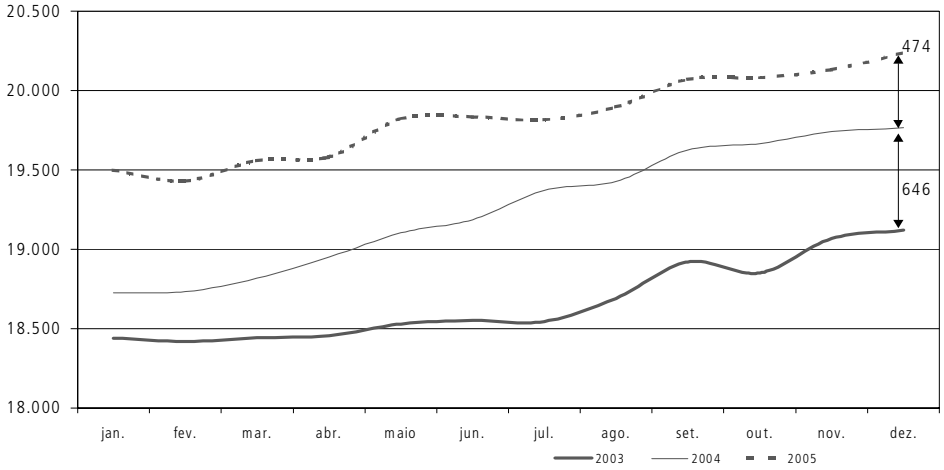
O mercado de trabalho metropolitano passou por importantes mudanças no padrão de evolução de seus principais indicadores agregados no último triênio, registrando — segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) — desaceleração na criação de vagas, paralelamente ao crescimento gradual da qualidade das mesmas. Mesmo com o menor volume de empregos gerados, a taxa de desemprego média anual vem caindo de forma contínua, dada a menor pressão vinda do arrefecimento na expansão da População Economicamente Ativa (PEA). Outra notável transformação é a maior seletividade que o mercado de trabalho vem apresentando, beneficiando mais aqueles que detêm maior nível de escolaridade.

Os rendimentos reais habitualmente recebidos, que passaram por um processo de corrosão em 2003, reverteram — após isso — a tendência que vinham sofrendo até então, passando a crescer nos anos seguintes, mesmo que de maneira lenta.

OCUPAÇÃO

É inegável a existência de uma desaceleração da criação líquida de vagas no mercado de trabalho (851 mil em 2003,[1] 646 mil em 2004 e 474 mil em 2005). O Gráfico 1 mostra a diferença da inclinação das curvas anuais da ocupação nos três anos, tendo havido, em 2004, um ritmo mais homogêneo de crescimento de ocupados, salvo no mês de janeiro desse mesmo ano, pela maior diminuição do número de empregos em um mês (–392 mil) desde o início da série nova da PME (março de 2002). Essa perda de vagas pode ser atribuída ao forte crescimento de empregos de baixa qualidade em 2003 — a ser explicado adiante — os quais oferecem maior instabilidade e provocam maior rotatividade do mercado de trabalho.

GRÁFICO 1
PME/IBGE: NÍVEL DE OCUPAÇÃO
[em mil]



1. O crescimento de empregos nesse ano, que na sua maioria veio do setor informal, deve ser analisado com cautela dada a estagnação da atividade econômica em 2003.

O Gráfico 2 apresenta praticamente três tendências na evolução da variação anual da ocupação: forte desaceleração do crescimento desse indicador desde março de 2003 intensificando-se em janeiro de 2004, alterando para aceleração de crescimento durante todo o primeiro semestre e voltando a perder força a partir de agosto do mesmo ano até novembro de 2005. Com isso, o crescimento anual médio da ocupação vem caindo desde então, de 4,7%[2] em 2003 para 3,2% em 2004 e 3% no ano seguinte.

Em relação à ocupação por região metropolitana, a maioria não seguiu a mesma tendência de arrefecimento da variação total da ocupação. Rio de Janeiro foi uma que aumentou a velocidade de crescimento anual de 2,9% em 2003 para 3,2% em 2004, perdendo ímpeto em 2005 (2,5%), ficando inclusive abaixo do patamar registrado no primeiro ano. Porto Alegre e Salvador apresentaram o mesmo comportamento ocorrido no Rio de Janeiro: a primeira região, na passagem de 2003 para 2004, aumentou o crescimento da ocupação de 3% para 3,2%, caindo para 2,6% no ano passado, enquanto a segunda registrou crescimento de 2,7% em 2003, 4,6% em 2004 e 2,7% em 2005. Já Belo Horizonte foi a região que registrou o maior crescimento percentual da ocupação em 2005 (4,5%), ficando 2,1 pontos percentuais (p.p.) acima do crescimento total da ocupação.

GRÁFICO 2
PME/IBGE: VARIAÇÃO ANUAL DA OCUPAÇÃO
[em %]

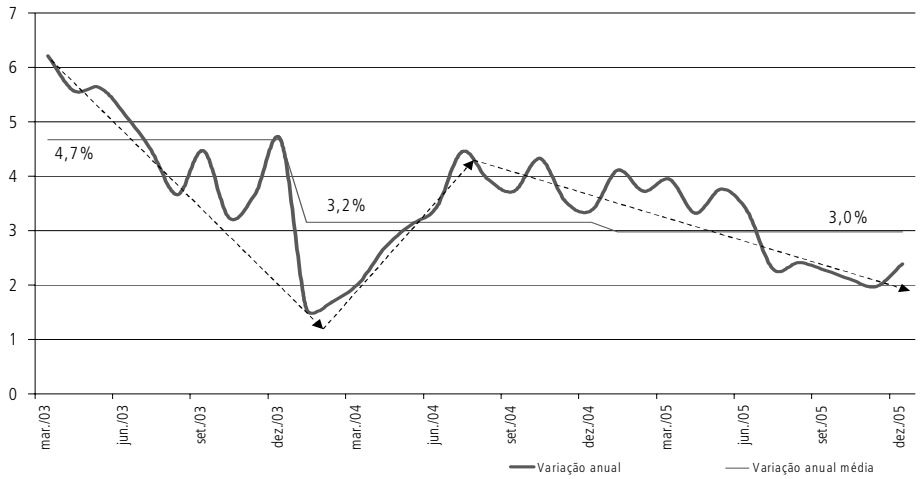


TABELA 1
PME/IBGE: VARIAÇÃO ANUAL DA OCUPAÇÃO POR REGIÃO METROPOLITANA

Ano	Variação	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	Total
2003	Absoluta[a]	136	465	49	103	63	35	851
	Percentual	2,9	6,1	3,0	5,5	5,2	2,7	4,7
2004	Absoluta[a]	151	279	53	84	19	61	646
	Percentual	3,2	3,4	3,2	4,3	1,5	4,6	3,4
2005	Absoluta[a]	122	170	45	92	7	38	474
	Percentual	2,5	2,0	2,6	4,5	0,5	2,7	2,4

[a] Em milhares.

2. O cálculo de média anual de 2003 foi feito no período de março a dezembro deste ano, pois não é possível fazer comparações anuais para períodos anteriores, devido ao fato de a série da nova PME ter se iniciado em março de 2002.

São Paulo e Recife foram as únicas que seguiram o mesmo padrão de crescimento anual da ocupação total. Entretanto, enquanto a primeira região foi a que, em números absolutos, mais criou empregos dentre as demais, Recife foi a que sofreu a maior desaceleração no crescimento de novas vagas ao longo dos três anos analisados, quase não empregando no ano passado.

Usando os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a região metropolitana de São Paulo, produzida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese) e pela Fundação Seade, o crescimento anual da ocupação seguiu a mesma linha da PME. Existe, porém, discrepância na comparação com o surgimento de novas vagas registrado nas duas pesquisas em 2003. A PED apontou um crescimento anual de apenas 1,1% neste ano, bem abaixo dos 6,1% registrados na PME. Todavia, há de se levar em consideração diferenças metodológicas entre as duas pesquisas, como por exemplo: enquanto a PME considera como ocupado um indivíduo que trabalhou pelo menos uma hora na semana de referência — mesmo que tal ocupação seja uma espécie efêmera ou não-habitual — , a PED conta essa mesma pessoa como desempregado oculto por precariedade — esse contingente registrou aumento de 3,6% em 2003 — , e não como ocupado. Como a maioria dos empregos gerados em 2003 foi de má qualidade (sem carteira, sub-remunerados ou não-remunerados), faz sentido haver maior crescimento anual da ocupação medido pela PME do que pela PED. Como nos anos seguintes a qualidade do emprego foi se alterando, pela menor criação de empregos informais *vis-à-vis* a maior expansão de empregos formais, as duas pesquisas passam a mostrar números em maior sintonia.

Voltando aos dados da PME e desagregando a ocupação por setor de atividade, há diversas trajetórias de crescimento. A indústria aumentou a variação da ocupação anual de 2003 para 2004 para 4,7%, conforme indicado na Tabela 2, caindo para 1,8% em 2005. Como esse setor contrata em sua maioria empregados com carteira, a alta de empregos formais no ano deveria ter recebido forte contribuição da indústria. Porém, com a expectativa da continuação do crescimento econômico de 2004 o setor armazenou grande volume de estoques no segundo semestre desse ano e início de 2005. Como em 2005 o PIB não cresceu como esperado, sobretudo com a atividade econômica negativa no terceiro trimestre, o setor industrial preferiu ajustar seu estoque adiando assim a retomada do ritmo de contratação.

Considerando o emprego industrial pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE, constata-se o mesmo fenômeno de forte crescimento em 2004 seguido da perda de dinamismo já no quarto trimestre do mesmo ano em diante (Gráfico 3).

TABELA 2
PME/IBGE: VARIAÇÃO ANUAL DA OCUPAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE

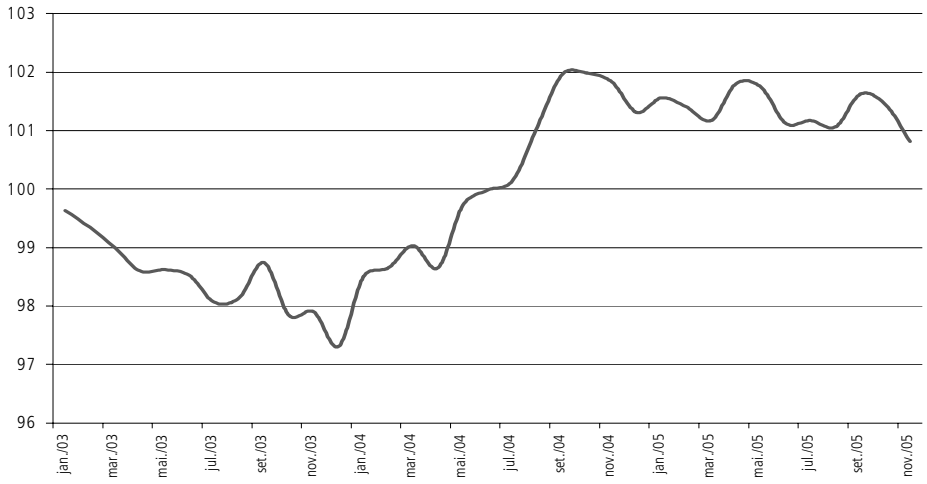
Ano	Variação	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços a empresas	Administração pública	Serviços domésticos
2003	Absoluta[a]	122	2	274	106	113	–6
	Percentual	3,8	0,1	7,4	4,4	4,0	–0,4
2004	Absoluta[a]	157	69	–39	190	–1	164
	Percentual	4,7	4,8	–1,0	7,5	0,0	11,5
2005	Absoluta[a]	64	–14	69	156	129	37
	Percentual	1,8	–0,9	1,8	5,7	4,3	2,3

[a] Em milhares.

GRÁFICO 3

PIMES/IBGE: EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO NA INDÚSTRIA

[número índice de janeiro de 1991 = 100]



Já o setor de construção civil, medido pela PME, também só registrou crescimento significativo em 2004, enquanto em 2003 e 2005 houve, respectivamente, estabilidade e queda da ocupação em 0,9%. O comércio, por outro lado, após registrar, dentre os demais setores, o maior número de criação de vagas em 2003 (274 mil), reduziu em 1% a quantidade de ocupados no ano seguinte, voltando, em termos líquidos, a contratar só em 2005 (1,8%).

Serviços a empresas[3] foi o setor que mais contratou tanto em 2005 (156 mil) quanto no acumulado dos três anos (456 mil pessoas). Apesar de em 2003 ter sido o quarto setor em número de novas vagas, é o único a registrar volume anual acima de 100 mil em todos os três anos analisados. Com o crescente processo de terceirização demandado por outros setores, serviços a empresas acaba abrindo espaço para um número maior de contratações. Administração pública foi o segundo setor que mais gerou empregos em 2005 (129 mil) — um crescimento anual de 4,3%. Serviços a empresas e administração pública foram, portanto, os únicos setores que cresceram a uma taxa percentual acima do total da ocupação. Já serviços domésticos cresceu à taxa de dois dígitos em 2004, resultando na criação de 164 mil empregos no ano — acima inclusive da indústria, com 157 mil novos trabalhadores. Entretanto, apesar de o crescimento de fevereiro a julho de 2005 ter sido nos mesmos moldes de 2004, as fortes quedas mensais em agosto e outubro de 2005 (respectivamente de 2,2% e 3%), ambas na comparação ante o mês imediatamente anterior, influenciaram negativamente o crescimento de novas vagas do setor de serviços domésticos, fazendo com que este terminasse o ano com alta de apenas 2,3% na ocupação.

Analisando a evolução da subocupação por insuficiência de horas[4] ao longo do triênio, houve queda de sua participação perante o total da ocupação na média de cada ano. Em 2003 esse contingente representava na média 5% de todos os ocupados nas seis regiões metropolitanas, caindo para 4,6% em 2004 e 3,6% em 2005. O oposto ocorreu para o conjunto de ocupados sub-remunerados,[5] o qual tinha participação de 11,9% em 2003, elevando-se para 13,8% no ano seguinte e para 14,5% em 2005.

3. Esta classificação também compreende aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

4. Pessoas que trabalharam efetivamente menos de 40 horas em todos os trabalhos na semana de referência e estavam disponíveis para trabalhar mais.

5. Pessoas ocupadas na semana de referência com rendimento/hora efetivamente recebido de todos os trabalhos inferior ao salário mínimo/hora.

Em relação à ocupação pelos diferentes vínculos do trabalho, houve uma mudança importante de cunho estrutural no período analisado. Ao longo de 2003, a queda nos rendimentos reais incentivou o membro secundário familiar a entrar no mercado de trabalho em busca de emprego — mesmo que fosse de menor qualidade e com salários muito inferiores — para complementar o rendimento de seus familiares.

Com isso, o ano de 2003 foi marcado pela grande quantidade de criação de empregos informais — do total de vagas criadas, 97,1% foram informais. Em 2004 e, em especial em 2005, se intensificou a geração de empregos de melhor qualidade, de tal forma que no ano passado o número de geração de vagas formais (com carteira e regime jurídico único) foi maior do que o total líquido de novos empregos, uma vez que houve queda de 121 mil ocupações sem carteira e de 12 mil por conta própria; em outras palavras, em termos líquidos só houve criação de empregos formais no ano passado.

Considerando apenas o setor privado, a variação anual do emprego com carteira tem sido superior ao crescimento dos sem carteira desde fevereiro de 2005, movimento nunca detectado pela nova PME, como ilustrado no Gráfico 4.

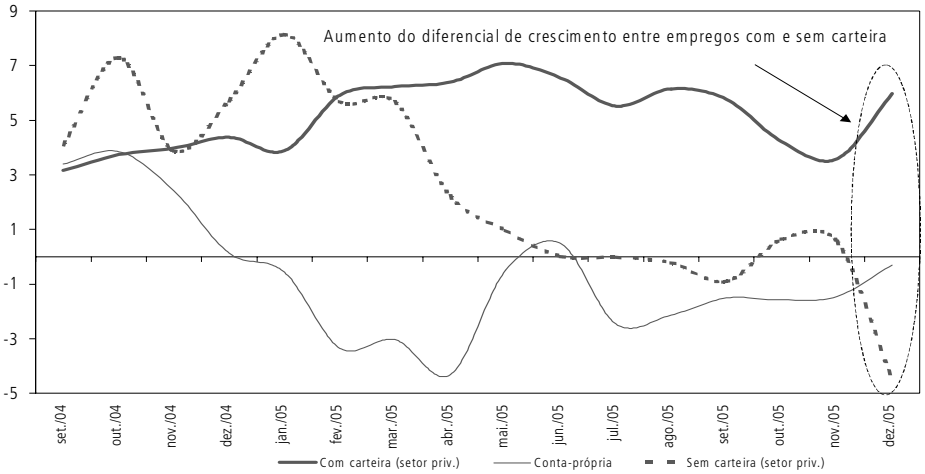
O progresso nos empregos com carteira pode estar amparado no contínuo crescimento das exportações, uma vez que as empresas desse setor tendem a contratar mão-de-obra for-

TABELA 3
PME/IBGE: VARIAÇÃO ANUAL DA OCUPAÇÃO POR VÍNCULOS DO TRABALHO
[variação acumulada em 12 meses]

Ano	Variação	Com carteira	RJU	Sem carteira	Conta-própria	Total[a]
2003	Absoluta[a]	–133	17	483	344	851[b]
	Percentual	–1,6	1,3	12,6	9,6	4,7
2004	Absoluta[a]	348	60	268	5	646[b]
	Percentual	4,2	4,4	6,2	0,1	3,4
2005	Absoluta[a]	561	23	–121	–12	474[b]
	Percentual	6,5	1,6	–2,6	–0,3	2,4

[a] Em milhares.
[b] Nível de ocupação contando com trabalhadores não-remunerados e empregadores.

GRÁFICO 4
PME/IBGE: EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO SEGUNDO VÍNCULOS DO TRABALHO — SETOR PRIVADO E TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA
[variação acumulada em 12 meses (%)]



mal. A maior fiscalização federal sobre as leis trabalhistas também tem se mostrado inibidora no descumprimento das mesmas, ampliando também o crescimento do emprego com carteira.

Analisando os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o ano de 2004 foi o que mais gerou emprego formal em todo o país, desde o início desta série, com criação de 1,52 milhão. Entretanto, como na PME, houve também um arrefecimento na criação de novas ocupações em 2005, quando foram criadas 1,25 milhão, representando uma redução de 17,7% ante o ano anterior (Gráfico 5).

Com a evolução favorável dos empregos protegidos,[6] mesmo quando se incorpora na análise os trabalhadores por conta própria, o grau de formalidade[7] (apresentado no Gráfico 6) ainda se mantém em crescimento. Apesar da queda sofrida de maio a agosto do ano passado,

GRÁFICO 5
CAGED/MTE: VARIAÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS
[Variação % acumulada em 12 meses]

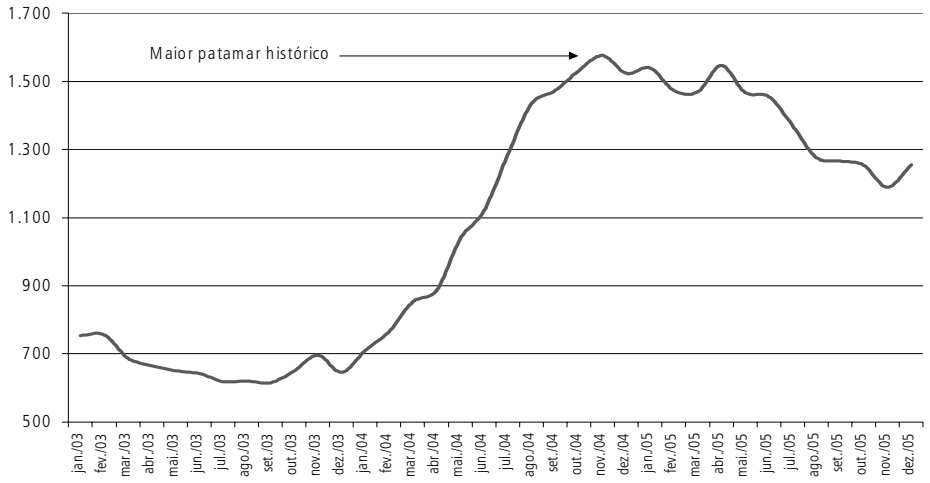
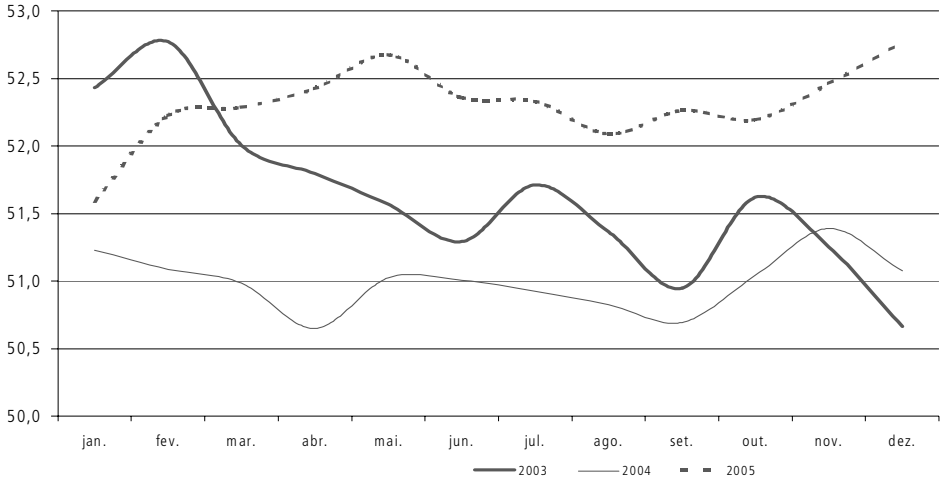


GRÁFICO 6
PME/IBGE: GRAU DE FORMALIDADE
[em %]



6. Os empregos protegidos são os dos trabalhadores com carteira, militares e estatutários.

7. O cálculo para o grau de formalidade usado aqui é a soma dos trabalhadores com carteira e regime jurídico único (ou seja, os trabalhadores formais dos setores público e privado) dividida pelo total da ocupação.

o indicador voltou a se expandir nos meses seguintes até alcançar em dezembro o mesmo patamar de fevereiro de 2003 (52,8%) — o mais alto em três anos. Ou seja, após passar por aumento da informalidade em 2003, o mercado de trabalho voltou a apresentar, no final de 2005, a mesma participação de empregos protegidos no total da ocupação.

Analisando a ocupação por gênero, continua o crescimento da participação anual das mulheres no mercado de trabalho. De 2003 a 2005 esse contingente cresceu em 0,7 p.p., atingindo 43,7% na média anual (44% em dezembro), enquanto os homens vêm, de forma correspondente, perdendo participação no mercado de trabalho.

Em relação à ocupação desagregada por níveis de escolaridade, cresce a participação do contingente com mais anos de estudo no total da ocupação, enquanto os menos escolarizados sentem cada vez mais a seletividade do mercado de trabalho.

Como demonstrado na Tabela 4, desde 2003 as pessoas sem instrução e com até um ano de estudo já se confrontavam com a perda líquida de ocupações, e em 2005 mais vagas foram fechadas para esse contingente. Em números absolutos, essa perda foi maior que a extinção de empregos para essa classe nos dois anos anteriores juntos (26 mil). Para os contingentes de um a três anos e de quatro a sete anos de estudo, ocorreu o mesmo padrão de comportamento. Embora ambos os grupos ainda tenham convivido com crescimento da ocupação em 2003, nos anos seguintes, esses contingentes passaram a perder vagas em termos líquidos. Para as pessoas com oito a dez anos de estudo, depois do maior crescimento da ocupação em 2004 (110 mil, diante dos 95 mil em 2003), a variação positiva perdeu ímpeto em 2005, caindo para apenas 6 mil ocupações. Diante desse quadro, há a possibilidade de não haver criação líquida de vagas em 2006 para esse grupo, se a tendência de arrefecimento de novas contratações prevalecer.

Por outro lado, os empregos para as pessoas com maior grau de escolaridade tiveram uma participação cada vez maior no total da ocupação ao longo dos três anos. Em 2003, as 514 mil novas vagas desse contingente, perante o total de 851 mil, representaram uma participação de 60,2%. Já em 2004 e 2005 tal participação cresceu para 104,9%[8] e 138%, respectivamente. A maior competição por uma vaga no mercado de

TABELA 4
PME/IBGE: VARIAÇÃO ANUAL DA OCUPAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Ano	Variação	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais	Total
2003	Absoluta[a]	–14	74	185	95	514	854
	Participação % no total	–1,6	8,7	21,7	11,1	60,2	100,0
2004	Absoluta[a]	–12	–69	–61	110	685	653
	Participação % no total	–1,8	–10,6	–9,3	16,8	104,9	100,0
2005	Absoluta[a]	–28	–62	–95	6	650	471
	Participação % no total	–5,9	–13,2	–20,2	1,3	138,0	100,0

[a] Em milhares.

8. A participação acima de 100% é possível pelo fato de que os contingentes com menos escolaridade mostram números absolutos negativos de criação de vagas, diminuindo assim o total da ocupação.

trabalho se por um lado aumenta as chances para os mais escolarizados, por outro diminui o poder de barganha do trabalhador, uma vez que ao ser contratato, a chance de negociação salarial é mais restrita, dado que existem muitas pessoas com a mesma escolaridade e que poderão vir a aceitar a mesma contratação com um salário abaixo das expectativas iniciais. Sendo assim, as empresas acabam se beneficiando, contratando pessoas mais qualificadas do que inicialmente demandavam para desenvolver as tarefas previamente estipuladas. Há muitos impactos gerados por esse fenômeno: somado ao possível aumento da rotatividade,[9] a continuação desse movimento pode puxar a média de rendimentos para baixo, influenciando na velocidade de recomposição que esse indicador poderia mostrar.

Em relação à desagregação da ocupação por grupos de idade, os jovens são os que mais têm dificuldades de ingressar no mercado de trabalho. Das novas oportunidades de trabalho em 2003, as pessoas de 10 a 24 anos de idade — representando os três primeiros grupos de idade da Tabela 5 — somavam apenas 15,9% do total. Em 2004 essa participação caiu para 4,2% e em 2005 essas pessoas quase não fizeram parte do quadro de novos empregos líquidos (apenas 0,6% de todas as novas vagas geradas no ano). A suposição do ingresso de um membro secundário familiar em 2003 na tentativa de propiciar algum auxílio na renda da família, pode, em parte, explicar a grande entrada de jovens no mercado de trabalho naquele ano. O oposto ocorre para os que têm maior idade, ou seja de 25 a 49 anos e de 50 ou mais anos de idade. Esses dois grupos apresentam ao longo dos três anos crescimento mais homogêneo na ocupação que os outros três grupos mais jovens.

Apesar de ambos os grupos com idade mais avançada apresentarem desaceleração na criação de vagas nesses três anos, em termos absolutos, há diferença na participação no total das novas ocupações.

Em termos percentuais, a participação se mostrou quase inalterada para o grupo de 25 a 49 anos, mantendo, assim, a mesma velocidade de desaceleração das novas vagas que o total da ocupação. Já para o contingente de pessoas com 50 anos ou mais houve

TABELA 5
PME/IBGE: CRIAÇÃO ANUAL DE VAGAS POR GRUPOS DE IDADE

Ano	Variação	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais	Total
2003	Absoluta[a]	57	–4	82	437	279	851
	Participação % no total	6,7	–0,5	9,6	51,4	32,8	100,0
2004	Absoluta[a]	–70	13	84	346	274	647
	Participação % no total	–10,8	2,0	13,0	53,5	42,3	100,0
2005	Absoluta[a]	4	–23	22	243	227	473
	Participação % no total	0,8	–4,9	4,7	51,4	48,0	100,0

[a] Em milhares.

9. Como muitas vezes a pessoa contratada é mais qualificada do que o exigido pela função, pode haver perda de interesse em relação às tarefas a serem cumpridas, sentindo-se essa pessoa incentivada a procurar uma outra oportunidade que possa satisfazer suas ambições profissionais e/ou pessoais.

crescimento contínuo da participação do total de vagas criadas, chegando em 2005 a quase metade de todos os novos empregos gerados no ano.

DESEMPREGO

Em 2005, a taxa de desemprego demonstrou um comportamento bem diferente do registrado em anos recentes. Apesar de a evolução desse indicador no primeiro semestre, desconsiderando as diferenças de nível, ter sido muito semelhante ao ocorrido no mesmo período de 2004, em junho do ano de 2005 a taxa de desocupação atingiu patamar de um dígito pela primeira vez nesse período na nova PME (Gráfico 7). No entanto, ao longo do segundo semestre desse ano o quadro mudou, demonstrando estagnação da taxa de desemprego até novembro, enquanto em 2004 houve queda no mesmo período.

A razão para tal diferença se deu pela desaceleração no crescimento médio anual da PEA — 2,2% em 2004 para 1,1% em 2005. Essa perda de dinamismo foi a maior influenciadora da queda da taxa de desemprego para um dígito, dado que o mercado de trabalho tem criado um número cada vez menor de vagas no acumulado em 12 meses.

No mês de dezembro houve uma queda na taxa de desemprego de 1,3 p.p., para 8,3%, diminuindo o número de desempregados para 1,84 milhão de pessoas. Esse movimento resultou nos menores índices tanto para a taxa de desemprego quanto para o número de desocupados, que inclusive ficou abaixo de 2 milhões pela primeira vez na nova PME. Dado que o crescimento da PEA nos últimos meses de 2005 tem se arrefecido sensivelmente, é natural que a diminuição de 184 mil pessoas desse contingente seja menor do que o de costume em um mês de dezembro, conforme indicado na Tabela 6.

Além da saída de pessoas da PEA, o fato de a criação de 107 mil novas ocupações no mês ter superado bastante a média dos últimos três anos foi decisiva para a forte redução da taxa de desemprego, caracterizando o último mês de 2005 como o melhor dezembro da nova série da PME em termos de progresso no mercado de trabalho.

Comparando com períodos anteriores, a taxa média de desemprego caiu em todos os anos: de 12,3% em 2003 para 11,5% em 2004 e 9,8% em 2005. A queda nesse indicador ao passar dos anos novamente deve ser atribuída não só aos movimentos da ocupação mas

GRÁFICO 7
PME/IBGE: TAXA DE DESEMPREGO
[em %]

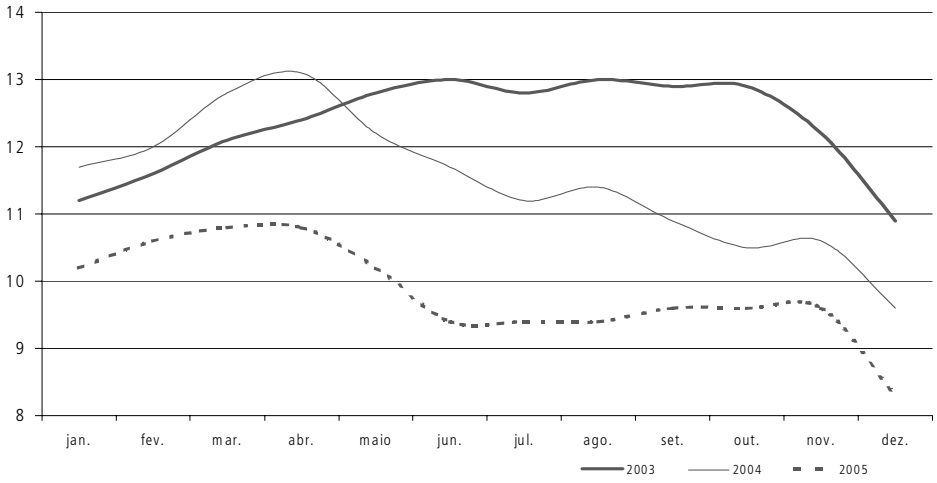
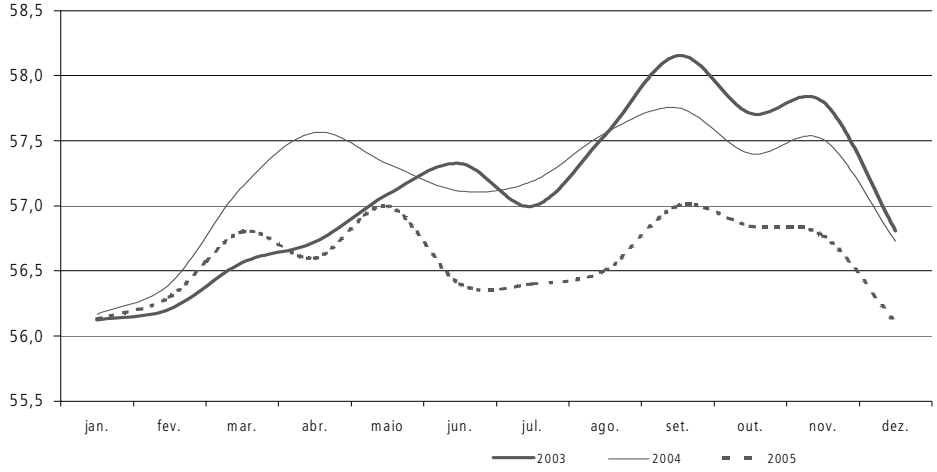


TABELA 6
PME/IBGE: PEA, OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO PARA MESES DE DEZEMBRO

PEA			
Anos	Nível	Variação mensal absoluta[a]	Variação mensal percentual[a]
2002	20.407.838	–234.817	–1,1
2003	21.448.529	–260.168	–1,2
2004	21.862.812	–229.719	–1,0
2005	22.079.000	–183.914	–0,8
Ocupação			
Anos	Nível	Variação mensal absoluta[a]	Variação mensal percentual[a]
2002	18.267.254	–125.788	–0,7
2003	19.118.578	50.386	0,3
2004	19.764.592	23.478	0,1
2005	20.238.000	106.782	0,5
Desocupação			
Anos	Nível	Variação mensal absoluta[a]	Variação mensal percentual[a]
2002	2.140.583	–109.029	–4,8
2003	2.329.951	–310.554	–11,8
2004	2.098.220	–253.197	–10,8
2005	1.840.427	–290.854	–13,7

[a] Na comparação de dezembro ante o mês anterior.

GRÁFICO 8
PME/IBGE: TAXA DE PARTICIPAÇÃO
[em %]



também pela menor pressão exercida na taxa de participação[10] que sofreu queda na média anual de 2003 a 2005, conforme evidenciado no Gráfico 8.

Em 2003 a deterioração dos rendimentos reais fez com que mais pessoas se aventurassem a entrar no mercado de trabalho para auxiliar na renda dos pais ou de seus cônjuges.

10. A taxa de participação é a divisão da PEA pela PIA.

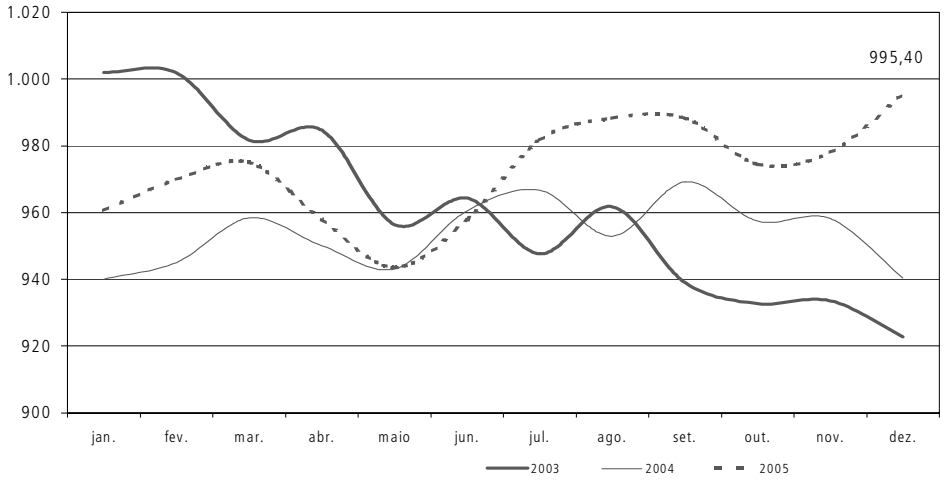
TABELA 7
PME/IBGE: PIA, PEA E OCUPADOS — TAXA DE VARIAÇÃO ANTE MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR
[variação % acumulada em 12 mesesem]

Período	PIA	PEA	Ocupados				
			Total	Empregados do setor público	Empregados do setor privado		Conta-própria
					Com carteira	Sem carteira	
Média 2003[a]	2,1	5,7	4,7	–0,1	1,9	10,8	8,4
Média 2004	2,0	2,2	3,2	1,6	2,0	5,4	5,0
jan./05	2,4	2,4	4,1	3,7	3,9	8,1	–0,6
fev/.05	2,3	2,1	3,7	3,2	5,9	5,7	–3,3
mar./05	2,3	1,7	3,9	5,1	6,2	5,7	–3,0
abr./05	2,4	0,7	3,3	5,0	6,4	2,2	–4,3
maio/05	2,0	1,4	3,8	2,7	7,1	1,0	–0,5
jun./05	1,9	0,7	3,4	1,4	6,6	0,0	0,5
jul./05	1,8	0,3	2,3	–0,8	5,5	0,0	–2,5
ago./05	2,1	0,2	2,4	–0,5	6,2	–0,2	–2,1
set./05	2,2	0,8	2,3	2,1	5,8	–0,9	–1,5
out./05	2,1	1,1	2,1	4,4	4,2	0,6	–1,6
nov./05	2,1	0,8	2,0	3,4	3,6	0,6	–1,4
dez./05	2,0	1,0	2,4	5,3	6,0	–4,5	–0,3
Média 2005	2,1	1,1	3,0	2,9	5,6	1,5	–1,7

[a] Média anual de março a dezembro.

Esse fato aumentou a taxa de participação para os maiores níveis já registrados (58,2%) da nova série da PME. Tal pressão ainda se manteve presente ao longo de 2004 fazendo com que a taxa de participação média anual ficasse praticamente estável de 2003 para 2004 (57,1% para 57,2%), caindo somente em 2005 para 56,6%.

GRÁFICO 9
PME/IBGE: EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS
[em R$]



RENDIMENTOS

O ano de 2003 ficou marcado como o período de maior corrosão dos rendimentos reais habitualmente recebidos dos últimos anos (Gráfico 9). A queda desse indicador, na comparação ante o mesmo mês do ano anterior, que chegou a 16,4% em julho de 2003, foi perdendo força nos meses seguintes, porém não o suficiente para atingir patamares positivos no final do ano (–12,6% em dezembro), mantendo a queda anual média ainda em dois dígitos (–12,9%). Ao longo de 2004 a recomposição gradual desse indicador foi se cristalizando até alterar a variação anual para positiva pela primeira vez em maio, registrando em dezembro desse ano um crescimento de 1,9%. No entanto, a reversão da tendência de queda não foi suficiente para deixar a média anual desse indicador em patamares positivos em 2004 (–0,7%). Em 2005 não só continuou o processo de melhoria dos rendimentos reais habituais, como também houve menos interrupções em sua trajetória de alta, dado que na variação ante o mês imediatamente anterior, apenas três meses de 2005 apontaram queda nesse indicador. Desse modo, os rendimentos reais finalizaram o ano de 2005 em R$ 995,40, com uma variação anual de 5,8% — a maior da nova série da PME, pouco faltando para os rendimentos voltarem ao mesmo valor de fevereiro de 2003 — R$ 1.001,83.

A inflação sob controle aliada aos reajustes médios dos salários nominais foram os maiores responsáveis pela melhor evolução dos rendimentos reais em 2005. Somado a isso, dos empregos criados neste ano, 60,1% vieram da administração pública e serviços a empresas, os quais oferecem rendimentos acima da média dos setores, elevando assim a média geral.

TABELA 8
PME/IBGE: RENDIMENTOS MÉDIOS HABITUALMENTE RECEBIDOS SEGUNDO SETOR E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO — VARIAÇÃO ANTE MÊS DO ANO ANTERIOR
[em %]

Meses	Ocupados				
	Total	Setor público	Setor privado		Conta-própria
			Com carteira	Sem carteira	
Média 2003[a]	–12,9	–7,2	–7,9	–7,5	–20,4
Média 2004	–0,7	–1,9	0,3	–0,2	–0,1
Jan./05	2,2	4,1	–1,3	9,6	–1,1
Fev./05	2,6	7,1	–1,4	8,0	1,6
Mar./05	1,7	3,7	–1,2	5,8	–2,6
Abr./05	0,8	4,5	–2,6	4,0	–2,9
Maio/05	0,0	2,6	–1,7	–2,6	–4,2
Jun./05	–0,3	3,3	–2,0	0,0	–0,9
Jul./05	1,6	4,3	–1,0	3,8	0,7
Ago./05	3,7	5,6	1,9	5,4	4,2
Set./05	2,0	2,3	0,3	1,3	6,7
Out./05	1,8	1,3	–1,0	7,3	3,8
Nov./05	2,1	5,5	–0,4	4,1	5,2
Dez./05	5,8	3,9	0,7	13,5	11,5
Média 2005	2,0	4,0	–0,8	5,0	1,8

[a] Média anual de março a dezembro.

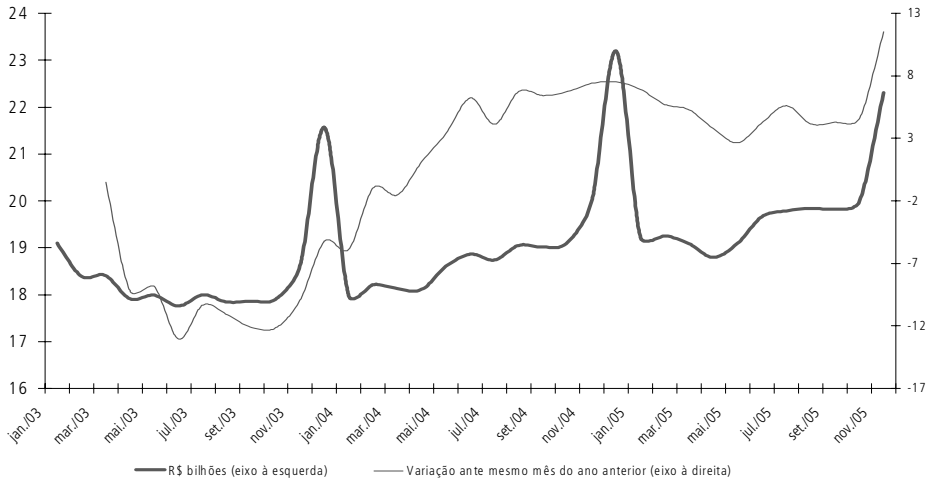
Em relação aos rendimentos desagregados por posição na ocupação (Tabela 8), os trabalhadores com carteira assinada do setor privado não viram o mesmo padrão de crescimento registrado na média dos rendimentos reais habituais. Após passar por uma queda anual média de 7,6% em 2003, houve uma recuperação mais veloz em 2004 finalizando o ano em alta de 0,3%. Entretanto, em 2005 esse contingente voltou a ter queda anual média nos rendimentos para –0,8%, devido às fortes quedas mensais, ante o mês anterior, de 2,6% em abril e de 2,9% em outubro. Já o pessoal ocupado sem carteira assinada, possuidor de maior volatilidade na trajetória dos rendimentos reais, obteve aumento médio anual dos rendimentos em 2005 de 5%, após as quedas de 7,4% e 0,2% em 2003 e 2004, respectivamente.

O setor público teve trajetória semelhante, em seus rendimentos reais, à do contingente de trabalhadores sem carteira do setor privado, com arrefecimento da queda de 2003 para 2004 na média anual de –6,6% para –1,9%, até registrar crescimento em 2005 (4%).

Os trabalhadores por conta própria foram os que mais sentiram a perda dos rendimentos em 2003, chegando a uma variação média anual de –20,1%. Em 2004, esse indicador ficou praticamente estável, registrando pequena queda anual média de 0,1% e crescimento de 1,8% em 2005.

Apesar de algumas diferenças na velocidade da trajetória dos rendimentos reais em cada um dos contingentes analisados, há quase que um padrão comum de forte perda de renda real em 2003, passando por uma recomposição gradual por 2004 e apresentando algum crescimento em 2005.

GRÁFICO 10
PME/IBGE: MASSA SALARIAL EFETIVA
[em R$]



Em relação à massa salarial real efetiva,[11] delineada no Gráfico 10, houve também um padrão semelhante da variação dos rendimentos reais habitualmente recebidos: queda anual média de 9,2% em 2003, passando para um crescimento de 3,4% na média de 2004 e de 5,3% em 2005. Vale apontar, o registro da média de 2005 ultrapassou 5% porque em novembro[12] a massa salarial cresceu 11,5% ante mesmo mês do ano anterior.

11. Multiplicação do número total de ocupados pelos rendimentos efetivamente recebidos.

12. Última publicação disponível, dado que esse indicador é defasado em um mês.

PERSPECTIVAS

O ano de 2006 inicia-se com um cenário macroeconômico aparentemente mais favorável que o de 2005: os juros básicos da economia em trajetória cadente, a expansão dos gastos do governo e o aumento do salário mínimo — o qual trará maior impacto aos aposentados — poderão trazer maiores incentivos ao consumo das famílias. A maior demanda interna e o provável fim do período de ajuste de estoques no setor industrial poderão incentivar um maior aquecimento no mercado de trabalho neste ano, com a continuação da expansão da ocupação e do progresso dos empregos formais.

Em relação à taxa de desemprego, há grande possibilidade de esse indicador iniciar o ano em um dígito, elevando ainda mais a possibilidade de haver uma taxa média anual abaixo da registrada em 2005. Os rendimentos reais deverão permanecer em trajetória de crescimento com algumas interrupções ao longo do ano, continuando com a tendência de descolamento da curva iniciada em julho de 2005.

FLUXOGRAMA
Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE)
Estimativas para os meses de dezembro de 2003, 2004 e 2005 (em mil pessoas)
Total região metropolitana

Pessoas em idade ativa — 10 anos ou mais

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Total	37.309	38.540	39.321
Homens	17.624	18.016	18.387
Mulheres	19.686	20.524	20.935

Pessoas economicamente ativas

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Total	21.194	21.863	22.079
Homens	11.819	12.025	12.172
Mulheres	9.375	9.838	9.906
Taxa de atividade	56,8%	56,7%	56,1%

Pessoas ocupadas

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Total	18.892	19.765	20.238
Homens	10.769	11.121	11.338
Mulheres	8.123	8.643	8.901
Taxa de ocupação	89,1%	90,4%	91,7%

Trab. principal

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Empregado	13.839	14.683	15.145
Empregado com carteira	8.215	8.662	9.223
Empregado sem carteira	4.260	4.579	4.458
Militar/RJU	1.357	1.433	1.456
Não-remunerado	7	9	7
Conta-própria	3.867	3.918	3.906
Empregadores	1.014	1.005	1.039
Trab. não-remunerado	172	158	148

Empregados no setor privado[a]

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
10 a 14 anos	20	12	11
15 a 17 anos	230	178	133
18 a 24 anos	833	803	716
25 a 49 anos	1071	983	871
50 anos ou mais	148	123	109

Empregados no setor público

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
S/inst. e menos de 8 anos	739	620	513
de 8 a 10 anos	626	558	444
11 anos ou mais	937	920	883

Grupamento de atividade — trab. principal

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
1	3.302	3.499	3.563
2	1.413	1.499	1.485
3	3.919	3.927	3.996
4	2.501	2.721	2.877
5	2.940	2.974	3.103
6	1.416	1.597	1.634
7	3.244	3.413	3.458
8	156	134	123

Subocupadas por insuf. horas trab.

dez/03	dez/04	dez/05
866	760	683

Rend./hora<sal. min./hora

dez/03	dez/04	dez/05
2.281	2.759	2.869

Pessoas desocupadas

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Total	10.437	11.066	11.386
Empregado com carteira	7.386	7.802	8.268
Empregado sem carteira	3.051	3.264	3.118

Faixa etária

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Total	2.302	2.098	1.840
Homens	1.050	904	835
Mulheres	1.252	1.194	1.006
Taxa de desocupação	10,9%	9,6%	8,3%

Anos de estudo

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Total	1.980	2.011	2.118
Empregado com carteira	348	329	366
Empregado sem carteira	275	250	296
Militar/RJU	1.357	1.433	1.456

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE).

GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE:

1 - Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água; 2 - Construção; 3 - Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis; 4 - Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira; 5 - Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social; 6 - Serviços domésticos; 7 - Outros serviços; 8 - Outras atividades.

IDENTIFICAÇÃO:

[a]Exclusive trabalhadores domésticos, militares, funcionários públicos ou estatutários e outros empregados do setor público.

Trab. não-remun. = trabalhador não-remunerado de membro da unidade domiciliar que era conta-própria ou empregador.